



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
“Casa de Epitácio Pessoa”

ATA

ATA DA 15ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª
SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA
DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO
DA PARAÍBA, REALIZADA NO DIA 15 DE
ABRIL DE 2026.

Presidência do Senhor Deputado Felipe Leitão.

- Presidente -

Senhor Deputado Sargento Neto

- 1º Secretário-

Às dez horas do dia quinze de abril do ano de dois mil e vinte e seis, no Plenário “Deputado José Mariz”, realizou-se a 15ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura da Assembleia Legislativa da Paraíba, sob a presidência do Deputado Felipe Leitão, e secretariando os trabalhos, o Deputado Sargento Neto. Além dos membros acima mencionados, participaram os deputados: Adriano Galdino (REP), André Gadelha (MDB), Caio Roberto (MDB), Camila Toscano (MDB), Chico Mendes (PSB), Chió (PV), Cida Ramos (PT), Danielle do Vale (REP), Del. Wallber Virgolino (PL), Dr. Aledson Moura, Dr. Romualdo (PCdoB), Dra. Jane Panta (PP), Dra. Paula (PP); Eduardo Carneiro (PP), Fábio Ramalho (MDB), Felipe Leitão (MDB), Francisca Motta (REP), Galego Souza (PP), Gilbertinho (UNIÃO), Hervázio Bezerra (MDB), Inácio Falcão (PC do B), João Gonçalves (PP), João Paulo Segundo (PP), Jutay

Meneses (REP), Luciano Cartaxo (REP), Márcio Roberto (REP), Michel Henrique (PP), Nilson Lacerda (REP), Sargento Neto (PL), Sílvia Benjamin (REP), Tião Gomes (REP), Tovar (MDB) e Wilson Filho (REP). Deixaram de participar com ausência devidamente justificada, os Deputados Eduardo Brito (PSB), Júnior Araújo (PP) e Tanilson Soares (PP). O Senhor Presidente, “invocando a proteção de Deus e em nome do povo paraibano”, declarou aberta a presente sessão e solicitou um minuto de silêncio em homenagem às vítimas da Covid-19. Após a pausa, o Presidente solicitou ao Deputado Michel Henrique a leitura de uma passagem bíblica. Em seguida, passou a palavra ao primeiro secretário, o Deputado Sargento Neto, para a leitura do Expediente em Mesa. Na sequência, o Presidente retomou a palavra e solicitou a dispensa da leitura das atas anteriores, bem como do registro da votação da redação final das matérias aprovadas, considerando aprovados os registros das sessões anteriores e a redação final das referidas matérias. Em seguida, declarou iniciado o Pequeno Expediente, passando a palavra ao primeiro orador inscrito, o Deputado João Gonçalves. O parlamentar registrou seu voto de pesar e condolências ao seu amigo e jornalista Jorge Blau Silva. Referiu-se ao seu requerimento ao Procurador de Justiça, em que solicitou a promoção de um processo de intervenção em Cabedelo, a fim de resolver a situação. Declarou, ainda mais, que o Governador Lucas Ribeiro está dando continuidade às obras executadas na gestão de João Azevêdo. Em continuidade, o Deputado Michel Henrique referiu-se ao “Abril Azul”, um evento alusivo à causa autista. Proferiu que luta pela causa da neurodivergência por meio de leis concretas. Destacou a Caravana da Inclusão, a qual tem beneficiado muitas famílias e inspirado documentários. Convidou a todos que dia 25 estará em Princesa Isabel para mais uma caravana. Ressaltou que fez uma parceria com o INSS, a fim de dar celeridade aos tratamentos das terapias. Em seguida, o Deputado Del. Wallber Virgolino criticou a atitude do atual governador em se preocupar com celulares furtados, em detrimento de tantas necessidades reais no setor de segurança pública. Criticou a falta de higiene nas ruas, a exemplo da Av. Beira Rio em João Pessoa, pedindo uma atenção por parte da prefeitura. Na sequência, o Deputado Dr. Aledson Moura elogiou a bandeira levantada pelo Deputado Michel Henrique, fazendo registro de dois projetos de lei que agregam à causa autista no âmbito acadêmico, a fim de garantir condições dignas para os alunos. Referiu-se ao subfinanciamento da Defensoria Pública da Paraíba, cujo parecer técnico demonstra que a situação compromete os serviços prestados à população por esse órgão. Reafirmou o compromisso para tratar o tema, a fim de favorecer

a Defensoria Pública e, conseqüentemente, as causas da população mais carente. Prosseguindo, o Deputado Nilson Lacerda celebrou o bom inverno no Vale do Piancó, destacando a alegria dos sertanejos com as chuvas e a previsão de safra recorde, especialmente em Conceição, também defendeu o apoio dos governos à agricultura familiar, além de solicitar a manutenção das estradas e reforçar a importância da transposição do Rio São Francisco para o desenvolvimento da região. Em seguida, o Deputado Luciano Cartaxo questionou a instabilidade política em Cabedelo, apontando prejuízos à continuidade dos serviços públicos e à população mais vulnerável, além de cobrar uma definição da Justiça Eleitoral. Também alertou para falhas na coleta de lixo em João Pessoa, com riscos à saúde pública. Em continuidade, o Deputado Sargento Neto cobrou do Governo do Estado o cumprimento de promessas na área de segurança pública, como a implementação do escalonamento vertical, a efetivação de medidas aprovadas pela Assembleia e a convocação de suplentes da Polícia Militar. Dando continuidade, o Deputado Chió defendeu o legado do ex-governador João Azevêdo na saúde, mas cobrou a implantação de um hospital de referência na região de Remígio e Esperança, além de apoiar o fim da escala de trabalho 6x1 como medida de valorização dos trabalhadores. Na sequência, o Deputado André Gadelha solicitou a inclusão na pauta o voto de aplauso à arquiteta Leila Azzouz pelo projeto de um parque sensorial para a Granja do Governador, caracterizou o atual Governo do Estado como uma continuidade de 16 anos, também criticou a justiça e o Tribunal de Contas do Estado (TCE) em relação à fiscalização das contas públicas. Frisou que as contas da Casa Civil relativas à Granja foram reprovadas ou aprovadas com ressalvas em 2023 e 2024, destacando um aumento de 45% nos gastos com alimentação, totalizando R\$ 1,8 milhão ao ano. Criticou a aplicação de multas consideradas baixas pelo TCE por compras sem licitação e manifestou indignação ao comparar o custo das refeições na Granja com o valor de R\$ 1,00 cobrado nos restaurantes populares, anunciando que acionará o Ministério Público para investigar os gastos. Em seguida, o Deputado Fábio Ramalho parabenizou o município de Lagoa Seca pela conquista do primeiro lugar em uma premiação do SEBRAE, por meio do programa "Planta Lagoa Seca" e explicou que o programa municipal oferece sementes gratuitas, corte de terra e suporte. Isso para que a prefeitura compre a colheita dos pequenos agricultores. Depois, criticou a falta de um programa estadual robusto voltado aos pequenos e médios agricultores, alegando que o Governo do Estado possui cerca de R\$ 4 bilhões em caixa, mas não investe adequadamente na agricultura familiar. Destacou os avanços em Lagoa Seca,

como a pavimentação asfáltica e em paralelepípedo de estradas rurais, defendeu que políticas públicas de incentivo ao campo e infraestrutura devem ser expandidas para todo o Estado a partir de 2027. Finalizou parabenizando a gestão dos prefeitos da cidade de Areial, Massaranduba, Riachão e São Sebastião de Lagoa de Roça. Em continuidade, o Presidente Deputado Adriano Galdino encerrou o Pequeno Expediente e iniciou a Ordem do Dia, passando a palavra ao Primeiro-Secretário para a leitura dos itens constantes da pauta.

Ordem do Dia. Item 1. VETOS – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO EM TURNO ÚNICO – QUÓRUM: MAIORIA ABSOLUTA: VOTANDO SIM O DEPUTADO REJEITA O VETO, APROVANDO O PROJETO, E VOTANDO NÃO, ACEITA O VETO, REJEITANDO O PROJETO - (ART. 228 INC. II E III DO R.I): Veto nº 170/2024 – DO GOVERNADOR DO ESTADO – Veto Total por inconstitucionalidade ao Projeto de Lei Nº 1.103/2023 de autoria da Deputada Dra. Jane Panta, que "Dispõe sobre a instituição de cursos gratuitos destinados à mulher gestante sobre cuidados e atendimentos de emergência a crianças de zero a seis anos". Razões do Veto: inconstitucionalidade. Parecer da CCJR pela Manutenção do Veto. O parecer foi submetido à discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. Em discussão o veto, a Deputada Dra. Jane Panta questionou as razões do veto, informou que o projeto iria enriquecer a saúde pública do Estado, pedindo aos parlamentares pela derrubada do veto. A Deputada Francisca Motta corroborou com as palavras da Deputada Dra. Jane Panta e afirmou que o veto deve ser derrubado. O Deputado Luciano Cartaxo perguntou se o veto é do ex-governador João Azevedo ou do atual Governador Lucas Ribeiro, o Senhor Presidente informou que é do antigo governador. Encaminhamento de votação do líder do governo, Deputado Chico Mendes, pela manutenção do veto. Encaminhamento de votação do líder da oposição, Deputado Sargento Neto, pela derrubada do veto. Submetido a votação, o veto foi rejeitado com 23 votos sim, 02 votos não e 02 abstenções. Veto nº 174/2024 – DO GOVERNADOR DO ESTADO – Veto Total por inconstitucionalidade ao Projeto de Lei 1.934/2024 de autoria do Deputado George Moraes, que "Cria a política de negociação especial de dívidas da pessoa idosa no âmbito do estado da Paraíba". Razões do Veto: inconstitucionalidade. Parecer da CCJR pela Manutenção do Veto. O parecer foi submetido à discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. Em discussão o veto, não houve quem quisesse discutir. Encaminhamento de votação do líder do governo, Deputado Chico Mendes, prestou alguns esclarecimentos sobre os vetos e encaminhou pela manutenção do veto. Encaminhamento de votação do líder da oposição,

Deputado Sargento Neto, pela derrubada do veto. Submetido a votação, o veto foi mantido pela maioria com 09 votos sim, 19 votos não e 02 abstenções. Item 2. MEDIDAS PROVISÓRIAS – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO MÉRITO – QUÓRUM: MAIORIA SIMPLES: Medida Provisória nº 351/2025 – DO GOVERNADOR DO ESTADO – Altera o Anexo II da Lei Nº 7.956, de 05 de abril de 2006, que institui o plano de cargos, carreira e remuneração do Grupo Ocupacional Divulgação e Promoção - DPS-1600. APROVADA A URGÊNCIA E RELEVÂNCIA EM 17/03/2026. Designado relator especial, o Deputado Chico Mendes apresentou parecer pela aprovação. O parecer foi submetido à discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. O projeto foi submetido à discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. Medida Provisória nº 352/2026 – DO GOVERNADOR DO ESTADO – Cria a Secretaria Executiva da Proteção Animal no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde; Insere alínea “L” no inciso X do artigo 3º da Lei Nº 8.186, de 16 de março de 2007, que define a estrutura organizacional da administração direta do Poder Executivo; e dá outras providências. APROVADA A URGÊNCIA E RELEVÂNCIA EM 18/03/2026. Designado relator especial, o Deputado Chico Mendes apresentou parecer pela aprovação. O parecer foi submetido à discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. A Medida provisória foi submetida à discussão e votação, sendo aprovada por maioria, com voto contrário do Deputado Del. Wallber Virgolino. Item 3. PROJETOS DE LEI – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO EM TURNO ÚNICO – QUÓRUM: MAIORIA SIMPLES: Projeto de Lei nº 7.025/2025 – DO DEPUTADO WILSON FILHO - Concede Título de Cidadão Paraibano a Erivonaldo Alves da Silva. Matéria prejudicada por ausência do deputado autor no momento da votação. Projeto de Lei nº 371/2023 - DO DEPUTADO TANILSON SOARES - Inclui no Calendário Oficial De Eventos Turísticos Do Estado Da Paraíba, A Festa De Coração De Jesus, Na Cidade De Duas Estradas / Pb E Dá Outras Providências. Matéria prejudicada pela ausência do deputado autor no momento da votação. Projeto de Lei nº 530/2023 - DO DEPUTADO SARGENTO NETO - Institui, No Âmbito Do Estado Da Paraíba, A Política Estadual De Assistência Integral À Saúde Mental Dos Profissionais Militares, Na Forma Que Especifica. Parecer da CCJR pela Constitucionalidade. Designado relator especial, o Deputado Del. Wallber Virgolino apresentou parecer pela aprovação. O parecer foi submetido à discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. O projeto foi submetido à discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 1.954/2024 – DO DEPUTADO DR. ROMUALDO - Assegura o direito das

mães amamentarem seus filhos durante a realização de concursos públicos ofertados pela administração pública direta e indireta do estado da Paraíba. Projeto com discussão adiada para que seja verificado se o projeto da Deputada Francisca Motta tem a mesma finalidade. Projeto de Lei nº 2.251/2024 - DO DEPUTADO INÁCIO FALCÃO - Institui o “Dia de Conscientização da Hipertensão Pulmonar”. Parecer da CCJR pela Constitucionalidade. Designada relatora especial, a Deputada Dra. Jane Panta apresentou parecer pela aprovação. O parecer foi submetido à discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. O projeto foi submetido à discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 2.461/2024 - DO DEPUTADO CHIÓ - Cria a Campanha Permanente de Combate à Misoginia no Estado da Paraíba e dá outras providências. Parecer da CCJR pela Constitucionalidade. Designada relatora especial, a Deputada Danielle do Vale apresentou parecer pela aprovação. O parecer foi submetido à discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. O projeto foi submetido à discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 4.182/2023 - DO DEPUTADO GALEGO SOUZA - Dispõe sobre a participação dos piscicultores do estado da Paraíba, em eventos organizados, patrocinados ou apoiados pelos órgãos e entidades da administração pública estadual, e dá outras providências. Parecer da CCJR pela Constitucionalidade com emenda supressiva. Designada relatora especial, a Deputada Camila Toscano apresentou parecer pela aprovação. O parecer foi submetido à discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. O projeto foi submetido à discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 4.681/2025 - DO DEPUTADO TOVAR - Altera a Lei Nº 13.544, de 06 de março de 2025, que equipara as más-formações congênitas fissura labiopalatina e/ou anomalias craniofaciais às deficiências físicas, para efeitos jurídicos, no estado da Paraíba. Designado relator especial, o Deputado André Gadelha apresentou parecer pela aprovação. O parecer foi submetido à discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. O projeto foi submetido à discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 4.747/2025 – DO DEPUTADO LUCIANO CARTAXO – Dispõe sobre o exercício das profissões de Esteticista e de Técnico em Estética, estabelece normas para o funcionamento de estabelecimentos de estética e cosmética no âmbito do Estado da Paraíba e dá outras providências. Parecer da CCJR pela Constitucionalidade com substitutivo. Designado relator especial, o Deputado Márcio Roberto apresentou parecer pela aprovação. O parecer foi submetido à discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. O projeto foi submetido

à discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 5.007/2025 - DO DEPUTADO LUCIANO CARTAXO - Concede o Título de Cidadão Paraibano ao Dr. Roberto Mendes dos Santos. Parecer da CCJR pela Constitucionalidade. Designado relator especial, o Deputado Michel Henrique apresentou parecer pela aprovação. O parecer foi submetido à discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. O projeto foi submetido à discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 5.121/2025 - DO DEPUTADO HERVÁZIO BEZERRA - Dispõe Sobre a criação de pontos estratégicos de apoio e localização de pessoas que se perdem de familiares e/ou amigos em cidades litorâneas do estado da Paraíba, e dá outras providências. Matéria prejudicada pela ausência do deputado autor no momento da votação. Projeto de Lei nº 5.597/2025 – DO DEPUTADO CHICO MENDES - Denomina o trecho que especifica da rodovia estadual PB-066, de “Rodovia Compositor Severino Dias de Oliveira - Sivuca”, e dá outras providências. Parecer da CCJR pela Constitucionalidade. O parecer foi submetido à discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. O projeto foi submetido à discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. O Deputado Dr. Romualdo informou que o seu projeto é similar ao da Deputada Francisca Motta, foi criado no ano de 2024 e o da deputada em 2025. O Senhor Presidente informou que o projeto da deputada já foi votado e infelizmente essa informação não foi detectada antes. Projeto de Lei nº 5.600/2025 – DA DEPUTADA CIDA RAMOS - Dá nova redação ao artigo 7º e seu parágrafo 1º, da Lei 7.653 de 06 de setembro de 2024, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Educação, sua composição, e dá outras providências. Parecer da CCJR pela Constitucionalidade. Designado relator especial, o Deputado Chico Mendes apresentou parecer pela aprovação. O parecer foi submetido à discussão, o Deputado Jutay pediu informações sobre qual entidade estaria sendo beneficiada, a Deputada Cida Ramos informou que se trata do SINEPE-PB. Em votação, aprovado por unanimidade. O projeto foi submetido à discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 6.186/2025 – DO DEPUTADO DEL. WALLBER VIRGOLINO - Institui o Programa Estadual de Prevenção e detecção precoce da doença renal crônica no âmbito do estado da Paraíba, estabelece seus objetivos, diretrizes e formas de implementação, e dá outras providências. Parecer da CCJR pela constitucionalidade com emenda supressiva. Designada relatora especial, a Deputada Dra. Paula apresentou parecer pela aprovação. O parecer foi submetido à discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. O projeto foi submetido à discussão e votação,

sendo aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 6.363/2025 – DO DEPUTADO ADRIANO GALDINO - Classifica como Município de Interesse Turístico o município de Pocinhos/Pb, e dá outras providências. Parecer da CCJR pela Constitucionalidade. Designado relator especial, o Deputado Fábio Ramalho apresentou parecer pela aprovação. O parecer foi submetido à discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. O projeto foi submetido à discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 231/2019 – DA DEPUTADA CAMILA TOSCANO - Proíbe a entrada e permanência de pessoas alheias ao quadro de funcionários nas instituições de ensino do estado da Paraíba e dá outras providências. Parecer da CCJR pela Constitucionalidade. Designado relator especial, o Deputado Dr. Aledson Moura apresentou parecer pela aprovação. O parecer foi submetido à discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. O projeto foi submetido à discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 1.297/2023 - DO DEPUTADO EDUARDO CARNEIRO - Institui o programa de mediação escolar com equipe itinerante no estado e dá outras providências. Parecer da CCJR pela constitucionalidade. Parecer da Comissão de Educação e Cultura pela aprovação. Os pareceres foram submetidos à discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. O projeto foi submetido à discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. O Presidente informou que as adequações das emendas impositivas serão recebidas até a próxima sexta-feira, destacando ainda que, na presente data, ocorreu sessão da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e foram analisados e votados pareceres de diversos projetos. O Deputado Chico Mendes questionou o que cada deputado poderá fazer em relação às emendas. Em resposta, o Presidente esclareceu que, dentro do limite de cinco milhões, os deputados poderão alterar os beneficiários. O Deputado Chico Mendes questionou, ainda, se é possível o fracionamento das emendas. O Presidente informou que não é permitido o fracionamento das emendas, posicionamento que foi corroborado pelo Deputado Jutay Meneses. O Presidente sugeriu que os deputados busquem orientação junto aos técnicos da Assembleia Legislativa. O Deputado João Gonçalves afirmou que ocorreram situações no Governo de João Azevêdo relacionadas a vetos direcionados conforme interesse do próprio Governo. O Presidente informou, ainda, que sugeriu ao Governo a concessão de prazo para que os deputados possam realizar as devidas adequações, e informou que o Deputado Nilson Lacerda ficará responsável por realizar as adequações das emendas anteriormente vinculadas ao ex-deputado Taciano Diniz. Inclusão para a Discussão e votação do

PROJETO DE LEI Nº 7.025/2025 – DO DEPUTADO WILSON FILHO - Concede Título de Cidadão Paraibano a Erivonaldo Alves da Silva. REQUERIMENTO DE URGÊNCIA URGENTÍSSIMA. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Submetido ao Plenário, o Requerimento de Urgência Urgentíssima foi aprovado por maioria, com voto contrário da Deputada Camila Toscano e servirá para todas as matérias que dele necessitem. Designado relator especial, o Deputado Chico Mendes apresentou parecer favorável. O parecer foi submetido a discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. O Presidente informou que Erivonaldo é o atual Secretário de Educação da Paraíba. Os Deputados Michel Henrique, Danielle do Vale, Francisca Motta e o Presidente Adriano Galdino solicitaram a subscrição. Em seguida, o Deputado Wilson Filho autorizou as referidas subscrições. O projeto foi submetido a discussão e votação, e foi aprovado por unanimidade. O Presidente informou que projetos de denominação de rodovias devem, obrigatoriamente, tramitar pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. O Deputado Wilson Filho registrou que o Governo Federal sancionou, no dia anterior, a Lei nº 15.388, referente ao Plano Nacional de Educação, relatando ainda o andamento do referido projeto, que contou com a relatoria da Deputada Federal Tabata Amaral. O Presidente Deputado Adriano Galdino afirmou que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu exemplo no que se refere aos trabalhadores terceirizados federais, ao propor a adoção da jornada de trabalho no regime 5x2. Destacou que, historicamente, houve resistência a avanços trabalhistas, citando o período pós-abolição da escravidão, quando se alegava que setores produtivos como o de cacau e café sofreriam colapso, o que não se concretizou. Mencionou também a criação das leis trabalhistas por Getúlio Vargas, ocasião em que igualmente se previu impacto negativo na economia, o que não ocorreu, assim como na instituição do décimo terceiro salário. Ressaltou que há, novamente, previsões negativas quanto à implementação da jornada 5x2, mas defendeu que tal medida pode gerar benefícios econômicos, com aumento do emprego e da renda. Afirmou ainda que, em sua avaliação, o setor financeiro seria o principal impactado, e criticou o sistema financeiro nacional em razão das altas taxas de juros e da obtenção de lucros sem produção direta. Acrescentou que campanhas influenciam a opinião pública e reiterou a defesa da jornada 5x2, informando que determinará à Mesa Diretora que a Assembleia adote o referido regime. O Deputado Chico Mendes afirmou que o projeto está em análise na Câmara Federal e manifestou apoio à proposta. O Presidente Deputado Adriano Galdino, por sua vez, parabenizou o Deputado Hugo Motta por pautar a matéria

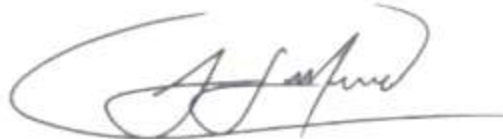
na Câmara dos Deputados. A Deputada Cida Ramos afirmou que a proposta constitui pauta histórica do movimento dos trabalhadores, defendendo que a redução da jornada não acarreta prejuízos aos empresários e que o Brasil dispõe de tecnologia suficiente para possibilitar melhores condições de trabalho. Destacou, ainda, o caráter histórico da votação e manifestou apoio ao projeto. O Presidente informou que o Deputado Luciano Cartaxo se ausentará da sessão para conceder entrevista. Prosseguindo, o Deputado Dr. Romualdo sinalizou que a elite queria copiar o que havia de pior na Argentina com aumento da jornada de trabalho e defendeu a redução para quarenta horas semanais. Destacou ainda a importância de escolher projetos que beneficiam os trabalhadores e celebrou a aprovação do Senhor Odair Pacheco, do PT do estado de Minas Gerais, para o TCU. O Presidente, em seguida, falou que o Nordeste, se fosse independente, seria a terceira maior economia da América Latina e passou a palavra ao Deputado André Gadelha. Defendeu a redução da carga tributária e a diminuição dos custos da máquina pública para liberar recursos para saúde, educação e infraestrutura. Criticou a concentração de lucros dos bancos e destacou que quem gerava empregos era o setor produtivo, apontando que a redução da jornada poderia estimular contratações e melhorar a qualidade de vida. Dando continuidade, o Presidente relatou participação em reunião com empresários da cidade de Brejo do Cruz interessados em sair da informalidade e regularizar suas atividades, destacando a importância da formalização e do diálogo com o Governo para encontrar soluções. Ressaltou ainda o impacto econômico local, com geração de empregos e forte atividade comercial na região. Prosseguindo, foram requeridas a votação em bloco dos itens restantes e a inclusão em pauta: PRE 691/2026 - DO DEPUTADO LUCIANO CARTAXO; PRE 626/2026 - DO DEPUTADO MICHEL HENRIQUE; PLO 4.824/2025- DO DEPUTADO MICHEL HENRIQUE; PLO 5.142/2025 - DO DEPUTADO CHICO MENDES; REQUERIMENTO 29.001/2026 - DO DEP. SARGENTO NETO. O Presidente Deputado Adriano Galdino deferiu todas as inclusões lidas pelo Deputado Sargento Neto na Ordem do Dia, abrindo um espaço de tempo para votação e discussão de todas as matérias. Perguntou ainda aos líderes do governo e da oposição se havia algum destaque. O Presidente Deputado Adriano Galdino informando que seriam votadas apenas as proposições dos deputados presentes no momento da votação. O líder do governo, Chico Mendes, destacou o Requerimento 28.937/2026. Prosseguindo, o plenário decidiu pela votação em bloco dos itens de número 4, 5 e 6, além das matérias incluídas na Ordem do Dia. Designado relator especial, o Deputado

Chió apresentou parecer pela aprovação das matérias. O parecer foi submetido à discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. Os projetos foram submetidos à discussão e votação, e foram aprovados por unanimidade, exceto o destacado e as matérias dos deputados ausentes no momento da votação. Nesse ínterim, o Deputado André Gadelha solicitou a inclusão do voto de aplausos para a arquiteta Leila Azzouz pelo projeto feito para a Granja do Governador. Assim, o Presidente incluiu na Ordem do Dia, também teceu elogios ao projeto que homenageia a Senhora Leila Azzouz e parabenizou o Governador Lucas Ribeiro pela gestão em continuidade à anterior. O Deputado João Gonçalves, em sequência, corroborou com o Presidente a respeito do Governo Estadual, ressaltando projeto relativo à secretaria de segurança pública e informou que iria pedir à arquiteta homenageada um projeto para a feitura de um cemitério vertical na cidade de João Pessoa. O Deputado Chió, ao fazer uso da palavra, acordante sobre a desenvoltura do Governador Lucas Ribeiro, parabenizou pela indicação do nome do Senhor Jovânio Silva para a Secretaria de Infraestrutura e dos Recursos Hídricos da Paraíba, momento em que elogiou o seu trabalho. Logo em seguida, o Presidente corroborou com as palavras do Deputado Chió, elogiando a competência do secretário e de toda equipe. O Presidente reafirmou que o Deputado Chió apresentou parecer pela aprovação das matérias, tendo aprovação por unanimidade, exceto o destacado e as matérias dos deputados ausentes no momento da votação. Em aparte, o Deputado Wilson Filho pediu apoio futuro aos colegas parlamentares sobre projeto de sua autoria relativo à educação continuada para crianças e adolescentes em tratamento oncológico, explicando de que se tratava. Logo após, finalizada a pauta e não havendo mais deliberações, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos, assim, declarou encerrada a presente sessão. O inteiro teor da reunião foi gravado e filmado, e as notas taquigráficas, após decodificadas e revisadas, poderão ser consultadas na íntegra. A presente ata, após aprovada, será assinada e encaminhada à publicação no Diário do Poder Legislativo da Paraíba e no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo - SAPL. A presente sessão ordinária aconteceu de forma presencial, em João Pessoa-PB, 15 de abril de 2026.



TOVAR CORREIA LIMA
Deputado Estadual

Presidente



Dr. Aledson Moura
Deputado Estadual

1º Secretário